

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Giovanna Abreu de Carvalho

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MANGUINHOS:
Uma experiência de educação emancipatória

Rio de Janeiro
2013

Giovanna Abreu de Carvalho

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MANGUINHOS:
Uma experiência de educação territorializada

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
como requisito parcial para aprovação no curso
técnico de nível médio em saúde com habilitação
em Vigilância em Saúde.

Orientadora: Valéria Fernandes de Carvalho Castro

Rio de Janeiro
2013

Giovanna Abreu de Carvalho

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MANGUINHOS:
Uma experiência de educação territorializada

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
como requisito parcial para aprovação no curso
técnico de nível médio em saúde com habilitação
em Vigilância em Saúde.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Valéria Fernandes de Carvalho Castro – EPSJV / FIOCRUZ

Leonardo Brasil Bueno - EPSJV / FIOCRUZ

Felipe Eugênio dos Santos Silva - FIOCRUZ

*Dedico este trabalho a a todos aqueles
que de forma corajosa tomam a decisão
dia após dia de lutarem para transformar
a realidade em que vivem.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, que é o grande merecedor de toda honra. À Ele, o meu MUITO obrigada, por me guiar até aqui e por tamanha fidelidade para comigo. Obrigada, Senhor!

Aos meus melhores, aos mais amados, aos meus pais por todo amor, carinho e dedicação devotados a mim ao longo desses vinte anos. Obrigada, meus amores por cumprirem muito mais do que o papel de pais, mas por serem tão amigos e parceiros. Qualquer coisa que eu tenha feito foi construída sobre o alicerce forte que me deixaram.

Ao Jorge, desbravador do meu coração (rs), por tamanho companheirismo, por ter a serenidade que eu não tenho e, por isso, me sustentar em muitos momentos. Por sua tenacidade nas horas difíceis e pelo coração tenro de namorado. Você tem sido meu porto seguro e tem me mantido honesta. Obrigada, Vida!

Ao meu irmão, a minha malinha predileta por me ensinar que a vida acadêmica não é toda a vida. Por tamanha lealdade, por ser meu oposto e por isso me completar tanto. Por todas as noites que dormi ouvindo suas notas tão despreocupadas com os afazeres da vida no teclado. Obrigada, querido por alegrar minha vida!

Aos meus tios tão queridos...os de sangue e os que escolhi. Aqueles que Deus me deu! À vocês que vezes distante fisicamente, mas não menos presente em meus pensamentos, se fizeram essenciais para que eu chegasse até aqui. Obrigada, Tio Ni Sarado, Tia Ariani Meiga, Tio Marco Amigo, Tia Denise Parceira, Tia Cleisi Paixão, e Tia Colinha Vó por todo carinho e dedicação, por tamanha preocupação e, por simplesmente estarem sem "aquí" quando precisei.

À Jéssica e Ana Luiza que por serem tão, tão amigas, e me suportarem nos dias em que o tempo ficava mais escuro que o tom da minha pele. (rs) Muito obrigada pela amizade fraterna!

À Paloma, minha caríssima jovem cientista, meu orgulho de viver por ter um jeito tão Lomis de ser e me surpreender todos os dias durante esses três anos.

À minha orientadora camarada, à minha Flor Val por sua coragem e intrepidez, seu senso de justiça e sua humildade.

As minhas "grandes amigas" (Andressa, Paloma, Rebeca e Shirlene) pelos sorrisos e gargalhadas que só vocês conseguiam arrancar mesmo nos dias mais tenebrosos, pela paciência e solicitude, pelos muitos trabalhos, pela desordem total de

ideias e indignação nata. Esse trabalho e a dona dele não estariam aqui se não fossem vocês.

Aos "meus meninos" (Guilherme Challo, Ramón Chaves, Raphael Calazans e Oirã Ferrer), pelas tantas conversas sem fim e, por já tão jovens me surpreenderem com valiosas contribuições que certamente levarei para sempre. Acima de tudo, obrigada por serem meus camaradas. Que isso seja pra vida toda!

Ao Bando de Lindos por serem em essência LINDOS e me mostrarem o lado mais que feliz da vida.

Ao Grêmio, onde pude passar a maior parte da minha "vida politécnica", pelas grandes experiências e ensinamentos. Á vocês, com quem pude partilhar momentos peculiares, obrigada por me lembrarem que há sempre mais a aprender.

Ao grupo de profissionais da EPSJV, especialmente a André Burigo, André Malhão, Alexandre Pessoa, Cátia Guimarães, Cláudio Gomes, Daniele Soares, Flávio XL, Luís Maurício, Valéria Carvalho, Yeda e Gladys pelo comprometimento com a excelência acadêmica, pela firmeza de atitudes e palavras, pela ética, mas especificamente por me ajudarem a cogitar uma sociedade mais justa.

Ao Leonardo Bueno e Felipe Eugênio pelos incentivos e sugestões e, por aceitarem tão solícitamente compor a Banca Examinadora.

Um agradecimento especial a Isabel Brasil, pessoa pela qual tenho grande admiração e orgulho-me não apenas por conhecer, mas por compartilhar ideários.

Ao Seu Maurício, por tamanha solicitude e por me ensinar que "o que se leva de vida, é a vida que se leva".

A todos aqueles que não citei, mas que de alguma forma, mesmo sem saber, me ajudaram não apenas na construção desses trabalho, mas na vivência diária da politécnica.

A todos vocês ficam não apenas os meus agradecimentos, mas minhas enormes desculpas, por minhas ausências e faltas, pelas desistências, falhas, desatenção, correria e pelo estresses que muitas vezes me pareceu nato.

“não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.” (Karl Marx)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
2 PEJA-MANGUINHOS: DESVENDANDO A HISTÓRIA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR	16
3 PEJA-MANGUINHOS ENQUANTO UM PROJETO DE EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA	23
3.1 EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA: UMA REVISÃO CONCEITUAL	23
3.2 ANÁLISE DA PRÁXIS PEDAGÓGICA DO PEJA-MANGUINHOS	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXO A	33

1 INTRODUÇÃO

Discutir as concepções de educação que se tem hoje é uma tarefa difícil, porém necessária, visto que, como sugere Freire (1996:98), “a educação é uma forma de intervenção no mundo.” E, em virtude disso, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), faz um esforço no sentido de aprofundar estes debates, principalmente, a partir de uma perspectiva de educação crítica e emancipatória, características que o seu projeto político-pedagógico credita à concepção de educação politécnica.

Como aluna do Curso Técnico de Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio da referida escola, tive a oportunidade de participar de palestras, oficinas, debates, etc., e a partir destas atividades, pude conhecer o Programa de Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos (PEJA-Manguinhos). O trabalho é desenvolvido com turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio e compreende dois espaços de atuação: três turmas estão instaladas no espaço físico da OSCIP¹ local, chamada Rede CCAP², localizada em Vila Turismo, no interior do Complexo de favelas de Manguinhos; e quatro turmas ocupam o espaço físico da EPSJV, unidade da Fiocruz, também localizada em Manguinhos. A partir deste contato e instigada pela curiosidade, decidi dedicar esta monografia ao estudo desta experiência.

Nesse sentido, o presente texto trata-se de um trabalho de conclusão de curso que tem como objeto de pesquisa o PEJA-Manguinhos, um curso desenvolvido a partir da parceria entre a Fiocruz – sob orientação e certificação da EPSJV e sob gestão financeira da Assessoria de Cooperação Social da Presidência e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) – e a Rede CCAP. Como hipótese de trabalho, esta pesquisa parte da pressuposição de que o PEJA-Manguinhos se configura como uma experiência de educação territorializada. O objetivo é entender o processo de formação política desenvolvido no âmbito desta iniciativa; refletir sobre sua práxis pedagógica; além de identificar quais são as perspectivas para uma formação humana com vistas à emancipação.

Para tanto, este estudo está organizado em dois momentos. No primeiro, será elaborada uma análise descritiva do PEJA-Manguinhos, passando por seu processo histórico de construção e por alguns marcos legais que regulam a política de educação de jovens e adultos. Ao passo que no segundo capítulo propõe-se uma reflexão a partir

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

² A sigla CCAP designava-se até o final dos anos 90 como Centro de Cooperação e Atividades Populares.

de alguns “conceitos chave”, que nos ajudarão a compreender as especificidades do PEJA-Manguinhos e as concepções pedagógicas que caracterizam o projeto; além disso, é realizada uma análise comparativa, que se propõe a identificar até que ponto as práticas pedagógicas do PEJA-Manguinhos correspondem aos conceitos estudados.

Dessa forma, este trabalho busca expor uma breve reflexão acerca do processo de formação do PEJA-Manguinhos, caracterizado pelo seu projeto político pedagógico como “[processo de] formação cidadã”, de modo a garantir consistência mínima para não tornar superficial a discussão.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Antes de iniciarmos um debate sobre metodologia de pesquisa científica, é importante ressaltarmos o caráter polissêmico do conceito de metodologia empregado no meio acadêmico, ou seja, diante da amplitude e da complexidade desse assunto é possível apontarmos seu caráter unívoco, e por consequência, a inexistência de unanimidade entre os autores que discutem esse tema.

Feita esta consideração, esta pesquisa toma como referência a posição de Barros (1986:01), para quem metodologia "consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não ao nível das implicações de suas utilizações", enriquecida pela conceituação de Richardson (1985:29), vinculada a método em pesquisa, que, segundo ele “significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”.

É importante, também, resgatar para este debate a consideração de Zampaulo (s.n.t.), que considera que: "Teríamos o emprego do termo metodologia em dois momentos e acepções: um epistemológico (teórico, portanto), relacionado ao estudo dos métodos e outro, prático, relacionado às técnicas de coleta e tratamento de informações”.

Nesse sentido, considerando a primeira acepção do termo, esta pesquisa adota como metodologia epistemológica o materialismo histórico dialético, que, segundo Bueno (2007:14):

"é histórico, pois não considera nenhuma relação social, nenhuma forma econômica, nenhum modo de produção, como conjuntos de fatos naturais e positivos; é materialista, pois recusa as formas religiosas, transcendentais, idealistas e abstratas de pensar as formas sociais, os modos de produção, as relações de trabalho e os aparatos políticos, jurídicos e culturais; e é dialético, pois elabora os conceitos sempre de forma a fazer aparecerem as contradições e as mediações, relacionando o universal e o individual, a parte e o todo, o abstrato e o concreto, o superficial e o profundo."

No que se refere à metodologia prática, esta pesquisa adota duas técnicas de coleta de informações: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A primeira se justifica uma vez que compreendemos que para atingir os objetivos propostos pelo presente projeto são necessárias análises e sistematizações dos conteúdos existentes sobre o objeto de pesquisa, torna-se necessário, portanto, analisar o conhecimento científico acumulado sobre o referido objeto. Nesse sentido, esse projeto propõe que a elaboração da monografia tenha como uma de suas ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Severino (2007, p. 123), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”

Por outro lado, a pesquisa documental é aquela que tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas outros tipos de documentos, tais como, jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. De acordo com o mesmo autor, “nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (p. 123). Munida destas ferramentas, esta pesquisa terá as condições necessárias para analisar o objeto em estudo e sistematizar o produto desta análise.

2 PEJA-MANGUINHOS: DESVENDANDO A HISTÓRIA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Historicamente, o Brasil ficou conhecido por seu multiculturalismo e por suas desigualdades sociais. Embora não sejam necessárias muitas pesquisas para revelar essa realidade, o PNUD desenvolveu alguns indicadores que contribuem para uma análise mais aprofundada deste cenário. Recentemente, além dos indicadores tradicionais (PIB, PIB per capita, IDH), o PNUD criou, também, outro método de pesquisa para investigar os níveis de desenvolvimento humano dos países, nesse sentido, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD). Enquanto o IDH é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país - que, por vezes, pode omitir a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país - o IDHAD leva em consideração a desigualdade em três dimensões do IDH - desigualdade na expectativa de vida no nascimento; desigualdade em educação; desigualdade em renda - “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade (PNUD, 2013).

O último relatório do PNUD, divulgado em 2011, revela uma perda de 27,7% do valor total do IDH quando descontado o valor médio destas três dimensões. Isto nos revela a fragilidade social de um país que anuncia seus grandes saltos nos rankings de crescimento econômico (PNUD, 2011). Além disso, uma leitura mais atenta dos indicadores tradicionais também chama nossa atenção para estas desigualdades, pois o Brasil, apesar de ocupar a 6ª posição no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) (GLOBO, 2013), ocupa a 101ª no ranking do PIB per capita (INDEX MUNDI, 2013) e a 84ª no Índice de Desenvolvimento Humano (GLOBO, 2013), ficando atrás de países menos desenvolvidos industrial e economicamente. Esses vários Brasis coexistem em virtude de um quadro de desigualdades sociais que, além de viabilizar a manutenção de realidades tão contraditórias, é responsável por sustentar a concentração de riquezas do país.

Cabe aqui chamar a atenção para as formas assumidas por essas desigualdades no campo da educação pública. Desde a década de 1970, a causa dessa concentração de riquezas tem sido intensamente debatida, principalmente, a partir de discussões sobre a atual distribuição de renda, sobretudo de salários. Nesse sentido, a educação se apresenta, certamente, como uma variável fundamental.

Os direitos educativos dos brasileiros são assegurados pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208 tornou direito do cidadão e obrigação do Estado o

acesso à educação fundamental, independentemente de idade. Para atender a esse e outros objetivos, o artigo 211 distribuiu responsabilidades e estabeleceu o regime de colaboração entre as três esferas de governo, ao passo que o artigo 212 vinculou recursos fiscais e o artigo 214 previu a elaboração de Planos Nacionais de Educação de duração plurianual. A organização do sistema educativo foi detalhada na Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação e as metas plurianuais fixadas na Lei nº 10.172/01 do Plano Nacional de Educação.

Cabe a nós, nesta pesquisa, observarmos os direitos educativos referentes aos jovens e adultos, que também estão previstos no “Capítulo III, Seção I - Da Educação” da Constituição Federal, Artigo 208, inciso I, que garante a provisão pública de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) contempla a escolarização básica desse grupo na “Seção V do Capítulo II da Educação Básica”, que determina aos sistemas de ensino assegurar cursos e exames que proporcionem oportunidades educacionais apropriadas aos interesses, condições de vida e trabalho dos jovens e aos adultos. Estipula, ainda, que o acesso e permanência dos trabalhadores na escola sejam viabilizados e estimulados por ações integradas dos poderes públicos.

Diante destas circunstâncias, é outorgada à EJA uma função reparadora, responsável por “corrigir” ou, ainda, minimizar os males causados ao público jovem e adulto pela exclusão propiciada na sociedade capitalista, seja por esta não ter lhes permitido o acesso à escolarização na idade própria e/ou por não ter desenvolvido políticas públicas consistentes capazes de otimizar as condições socioeconômicas destes indivíduos. Dessa forma, a EJA passa a ser o meio pelo qual o Estado tem a oportunidade de garantir o direito de todos - antes negado - à educação.

A necessidade de existir uma política educacional com função reparadora em Manguinhos é ainda maior, visto que se trata de um território vulnerável, que, segundo Kowarick (2009:19) é marcado por uma “situação de desproteção” de suas populações “no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania”. Nesse contexto, surge o PEJA-Manguinhos.

Uma vez situados sobre o breve histórico da política de educação de jovens e adultos, podemos avançar em nosso estudo e nos aprofundarmos numa abordagem mais direcionada ao nosso objeto de pesquisa. Esta análise poderia partir de diversos pontos,

mas, por compreender que o PEJA-Manguinhos foi historicamente construído e transformado, partiremos de um resgate histórico. Pretendemos, com isso, identificar os elementos que contribuíram para que o PEJA-Manguinhos assumisse os contornos que ele possui hoje. O que vem a dar autoria aos moradores de Manguinhos, mulheres e homens, sobre o que o PEJA-Manguinhos se constitui hoje, e como chegamos a isso? Para Silva (2010:100), o esforço que fazemos para responder a esta pergunta é:

[...] o que chamamos de compreensão do processo histórico: é compreender que decisões, omissões, violências e acordos entre homens forjaram o desenho de futuro de um coletivo. Assim eliminar a concepção de “fenômeno natural” para as coisas como elas se dão atualmente [...] e, no lugar disso, puxar o fio da história de como somos protagonistas do nosso tempo, e arquitetos daquele outro, o do porvir.

Conforme já foi dito na introdução deste estudo, o PEJA-Manguinhos se desenvolve em dois espaços: em Vila Turismo, comunidade que compõe o chamado Complexo de Manguinhos; e na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que fica na Fioruz. Embora isto aconteça de maneira articulada e integrada nos dias de hoje, a história recente revela que nem sempre foi assim: dois lugares, dois PEJAs, portanto, duas histórias. E, em virtude destes descaminhos, dividiremos o resgate histórico de acordo com cada um desses lugares e, ao longo do texto, farei um esforço para recontar o processo de integração destes dois polos (PEJA-MANGUINHOS, 201-a).

O PEJA-Manguinhos, com esse caráter popular e territorial, nasceu, em 2004, da parceria entre a Rede CCAP – inserida há 20 anos neste território –, a Fiocruz e a Secretaria Estadual de Educação/RJ. As referidas instituições, no intuito de desenvolver um programa de educação cidadã no complexo de favelas, decidiram pela tríplice parceria, mantendo, porém, um caso raro na história de EJAs: a autonomia do grupo docente no que diz respeito às intervenções curriculares (PEJA-Manguinhos, 201-b).

O PEJA-Manguinhos – que apresentava como nome PEJA-DLIS³ no período de 2004 a 2007 – contava com o espaço físico e a coordenação da Rede CCAP, instituição de educação baseada e própria do movimento social local, onde jovens professores atuavam com a proposta de novos paradigmas para a educação pública, isto é, reforçando-a através de uma política de educação reivindicadora da participação social cidadã equânime. Este tipo de formação opõe-se à concepção capitalista de educação de qualidade que visa formar competências e subjetividades para a reprodução do sistema, mantendo o trabalhador alienado. Os sujeitos comprometidos com as transformações

³ Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável.

sociais entendem uma escola básica de qualidade como aquela que forma integralmente o cidadão, desenvolvendo todas as suas potencialidades, tornando-o capaz de refletir e agir sobre o mundo. Esta escola deve ser pública, universal, democrática, unitária e politécnica (IDEM).

Além disso, a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), como unidade da Fiocruz que trabalha com pesquisas em Saúde Pública, se colocava como mantenedora do Programa por meio de recursos de seu orçamento da Assessoria de Cooperação Social; por fim, a certificação do PEJA se dava pelo Governo do Estado, por meio do convênio NACES/SEE-Fiocruz⁴ entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Essa certificação, portanto, dava aos estudantes o direito a carteiras e uniformes do sistema público de educação. Institucionalmente, assim se configurou esse espaço escolar, que, desde o início, tentou superar a raridade de sua composição formal-institucional com o intuito de propor, fundamentalmente, tecnologias sociais para transformação da realidade social injusta (IDEM).

Desde o início, os professores do PEJA-Manguinhos perceberam que, se observada a educação na perspectiva da autonomia dos sujeitos, o projeto político pedagógico não poderia se aproximar do modelo usado pelas gestões de governo, isto é, aquele responsável pelo sucateamento do patrimônio público, que expulsa sistematicamente estudantes do seu ambiente escolar. Dessa forma, era necessário pensar em uma proposta de educação que estivesse a favor das classes trabalhadoras. Nesse sentido, pensar o PEJA como um projeto das classes trabalhadores revela um elemento importante em nossa análise, que é o caráter popular da educação do PEJA-Manguinhos. Através desta concepção de educação popular que se encontra o compromisso de tornar as condições concretas de vida como a matéria-prima a estar presente nas situações de aprendizagem e nos conteúdos dos diferentes materiais pedagógicos, assim como das análises conjunturais e estruturais. Ao fazer isto, os trabalhos de educação popular iniciam processos intensos de discussão, análise e reflexão. Isto, por sua vez, potencializa processos de conscientização e participação destas pessoas, que passam a entender – dentro de uma perspectiva histórico-social crítica – as razões e os porquês delas estarem vivendo em tais condições desumanas e de exploração.

⁴ Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos da Secretaria Estadual de Educação.

E, para isso, o PPP do PEJA sugere que esta educação seja calcada nos conceitos de cidadania ativa e da territorialização como meta e metodologia. Isto quer dizer que o PEJA identifica a necessidade de construir, com a participação das pessoas que moram em Manguinhos, um currículo capaz de contemplar as demandas específicas do território (PEJA-MANGUINHOS, 201-a).

Desse modo, a territorialização foi reconhecida como uma metodologia de *diagnóstico-ação* que nos permite compreender o funcionamento das forças políticas deste território, bem como constituir coletivamente as possibilidades de engajamento político da população, a fim de se organizarem as potencialidades e as estratégias alternativas de superação das condições hoje dadas.

A proposta de educação desenvolvida na Rede CCAP foi, aos poucos, ganhando melhor definição, principalmente, a partir de 2009, quando a EPSJV passa a ampliar sua parceria com o PEJA-Manguinhos, assumindo, assim, a orientação pedagógica e trazendo como maior contribuição o conceito de territorialidade: metodologicamente importante para presentificar o enfrentamento de iniquidades sociais no complexo de favelas de Manguinhos por meio de tecnologias de educação que contribuam para o protagonismo destes sujeitos, através da socialização do saber, a fim de que se conquiste, cotidianamente, a autonomia dos sujeitos.

Ao largo desta história do PEJA da Rede CCAP, corre a trajetória de outro projeto de educação. Com o nome de PROEDUC e financiado pela Cooperativa de Trabalhadores de Manguinhos (COOTRAM), este Projeto de Educação de Jovens e Adultos teve início em 1997, época em que suas atividades eram realizadas no espaço físico da Escola Municipal Juscelino Kubitschek, situada em Manguinhos. Tratava-se de um curso livre preparatório para o Exame de Suplência da Secretaria Estadual de Educação/ RJ cuja proposta inicial era atender aos cooperados e moradores de Manguinhos (RAMOS, 2009).

Com o término das atividades desta cooperativa, em 2006, ocorreu uma forte mobilização por parte de estudantes e educadores a favor da continuidade do projeto. Assim, esta continuidade pôde ser garantida por meio de algumas parcerias que envolveram unidades da Fiocruz e a Secretaria Estadual de Educação a partir de 2004. Nesse caso, PROEDUC passa a ser chamado de PEJA-Polo II e, mais tarde, o projeto deixa de realizar suas atividades na Escola Municipal Juscelino Kubitschek para, então, ocupar o espaço da própria EPSJV, onde realiza suas atividades até hoje (IDEM).

Desde 2009, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio vinha se aproximando do trabalho desenvolvido no PEJA-Polo I, projeto com o qual já compartilhava a proposta político-pedagógica calcada no conceito de territorialidade e, portanto, assumira a orientação. Assim, em junho de 2010, com o intuito de fortalecer a cooperação e o compromisso político com os territórios do seu entorno, a EPSJV, que já subsidiava a estrutura física das atividades do PEJA-Polo II, decide assumir do mesmo modo a coordenação deste curso, isto é, incorporá-lo ao seu projeto político pedagógico. Mais do que isso, compromete-se com o maior diálogo, cooperação e interação entre os dois PEJAs (Polo I e II), na perspectiva de fortalecer estratégias educativas que contribuam para a melhor qualidade de vida desses estudantes (IDEM).

Diante disso tudo, é importante ressaltar o protagonismo comunitário no processo de construção do PEJA-Manguinhos, fator este que imprimiu no seu processo de formação político-pedagógico marcas da educação popular e do movimento sócia, que pode ser definido, de acordo com o PPP do PEJA-Manguinhos como:

Movimentos sociais são mobilizações coletivas, organizadas e contínuas, que se estruturam em torno de demandas por mudança de algum aspecto da estrutura social. São, assim, organizações que associam pessoas e entidades com interesses comuns, com o propósito de defender ou promover certos objetivos perante a sociedade. (In: BOMENY e MEDEIROS, 2010, p. 267).

Enfatizo, portanto, a história feita pelos sujeitos: uma história humana e humanizadora – portanto, pedagógica. Nas palavras de Paulo Freire: “Não há realidade histórica que não seja humana. Não há história sem homens, como não há uma história para os homens, mas uma história de homens que, feita por eles, também os faz, como disse Marx” (Freire, 1987, p. 127).

Portanto, embora a Fiocruz tenha tido um papel decisivo, esse caráter de movimento social, sempre esteve presente no PEJA e a história desta experiência nos revela isto, na medida em que as demandas do território sempre ocuparam a pauta de preocupações do referido programa. O PEJA-Manguinhos se afirma, então, como o projeto de educação *da* comunidade e não *para* a comunidade.

3 PEJA-MANGUINHOS ENQUANTO UM PROJETO DE EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA

Conforme anunciado na introdução deste estudo, proponho uma revisão conceitual para que possamos nos apropriar de algumas ideias chave e, assim, analisar características e conceitos presentes no projeto político-pedagógico do PEJA-Manguinhos.

A temática será desenvolvida a partir da concepção de educação territorializada, nosso eixo norteador. Iniciamos discutindo a ideia expressa pelo termo “educação territorializada”, nesse sentido discutimos a noção das territorialidades, ou seja, as várias relações de poder que coexistem em um mesmo espaço; o próprio conceito de território; a noção de território de exceção; e concluímos com um debate sobre “pedagogia do oprimido”, onde faremos um esforço no sentido de articular o debate entre educação e as vulnerabilidades do território, que também são expressas na vida cotidiana de seus moradores. Através desta revisão conceitual, acredito que teremos o subsídio necessário para adentrarmos no ponto que talvez seja o mais elementar desta pesquisa: a análise da práxis pedagógica do PEJA-Manguinhos.

3.1 EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA: UMA REVISÃO CONCEITUAL

Destarte, é importante ressaltar o caráter polissêmico do conceito de território, o que chama a nossa atenção para a necessidade de termos um cuidado especial em sua utilização. Se, por um lado, corremos o risco de sermos muito superficiais no uso deste conceito, por outro lado, podemos, de semelhante modo, não corresponder à exigência de precisar o sentido que damos a este termo.

Dito isto, é importante destacarmos que a concepção de território que mais atende às necessidades de análise das ciências sociais e humanas é a sociopolítica. Conforme sugere Nunes (2006), só nos é permitido falar em demarcação ou delimitação em contextos onde exista uma pluralidade de agentes, disto decorre a noção de que território é produto das relações geradas na vida em sociedade, ou ainda, que “[os territórios são] antes relações sociais projetadas no espaço, que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p.87 *apud.* PEREIRA; LIMA, 2008, p. 393).

Arelada a esta concepção de que território se caracteriza pelas relações sociais e, por conseguinte, pelas relações de poder, está a noção de territorialidade. Para Robert Sack (1986 *apud.* PEREIRA; LIMA, 2008, p. 393), a territorialidade estaria, assim, intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se

organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. A territorialidade de Sack está, nesse sentido, vinculada às relações de poder, como uma estratégia ou recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e o seu contexto histórico e geográfico. Desta forma, afirma Raffestin (1993), podemos inferir que quando coexistem em um mesmo espaço várias relações de poder dá-se o nome de territorialidades, de modo que uma área que abriga várias territorialidades pode ser considerada vários territórios.

Por outro lado, como aponta Gil (2004), é preciso considerar que o território se materializa, num determinado tempo histórico, no contexto – econômico, político e cultural – do modo de produção vigente. Esse aspecto processual de formação – onde o território está em permanente movimento de construção, desconstrução e re-construção (SAQUET, 2003) – constitui a territorialização.

Depreende disto a ideia de que:

“assumir uma educação territorializada implica, portanto, conhecer, refletir e dialogar com o território, no sentido de perceber seus desafios e potencialidades, bem como os “cabos de forças”, poderes sócio-econômicos existentes. Assim, torna-se necessário um posicionamento crítico no que diz respeito a que territorialidade queremos disputar ou reforçar neste local, isto é, a que educação queremos construir: o da perpetuação das iniquidades ou a de um território saudável, participativo e de direitos (PEJA-Manguinhos, 201-a; grifos do autor).

O trecho em destaque chama-nos a atenção para a necessidade de conhecer, ainda que de maneira breve, o território ao qual estamos fazendo referência: Manguinhos, considerado “um microcosmo da desigualdade brasileira” (SOARES, D. p. 19 *In*: LIMA, C. M.; BUENO, L. B., 2010).

O território conhecido como Complexo de Manguinhos – expressão que foi cunhada pela grande mídia – é uma área da cidade, situada na Região da Leopoldina, composta por uma série de comunidades e conjuntos habitacionais: Conjunto Habitacional Nelson Mandela; Comunidade Mandela de Pedra; Parque Carlos Chagas (Varginha); Conjunto Habitacional Samora Machel; Conjunto Habitacional dos Ex-Combatentes, Tiradentes e Vila União; Comunidade Vila Turismo; Centro Habitacional Provisório II (CHP II); Parque João Goulart; Parque Oswaldo Cruz (Amorim); Condomínio EMBRATEL; Condomínio DESUP; e Comunidade Vitória de Manguinhos (CONAB) (LIMA; BUENO, 2010).

Os dados do censo IBGE (2000), do censo PAC Manguinhos (2009), e do Território Integrado de Atenção à Saúde Escola Manguinhos, com cobertura territorial de 100% , apontam para uma população de aproximadamente 40 mil pessoas residindo no

território de Manguinhos. Manguinhos ocupa, ainda, a posição de bairro com o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro; segundo o IPP – Instituto Pereira Passos, em 2003, o bairro registrava que apenas 2,7% da população chegaram à universidade; já a expectativa de vida era de 57,4 anos, enquanto em bairros circunvizinhos, como o Méier, essa média chegava aos 72 anos.

Analisando este cenário, Leonardo Bueno considera que “a favela na cidade configura o espaço – histórico e desigual – destacado da combinação das mais distintas formas de violência da cidade”, nesse sentido, o autor afirma que estes territórios apresentam “características que nos permitem representá-los enquanto territórios de exceção, onde efetivamente existe a exclusão de direitos civis, políticos e sociais para a maioria de seus moradores” (BUENO, L. B., 2010, p. 42). Nesse sentido, o autor afirma:

As favelas da cidade do Rio de Janeiro vivem um estado de exceção, não declarado legalmente, mas territorializado no cotidiano de seus moradores e trabalhadores. Além do histórico desrespeito aos direitos essenciais para a sobrevivência e reprodução social – via degradação do ambiente e privação de serviços públicos básicos -, as favelas da cidade sofrem explicitamente formas cotidianas de supressão de direitos civis e políticos (p. 43).

Desta forma, a combinação entre restrições materiais essenciais, implementação de políticas públicas caracterizadas por paternalismo e criminalização do território, e violência exercida por instituições dotadas de amplo instrumental bélico marca diretamente o território de suas 13 comunidades (favelas) que convivem com o desrespeito cotidiano aos direitos sociais, civis e políticos (TERRAMATA, 201-).

Manguinhos é marcado por uma “situação de desproteção” de sua população “no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania” (Kowarick, 2009, p.19). Nesse sentido, Manguinhos, enquanto território de exceção, torna-se o lugar onde as vulnerabilidades sociais, expressas em toda a cidade do Rio de Janeiro, se agravam e recebem características mais intensas. Em outras palavras: o fato de Manguinhos ser um território de exceção – e que, portanto, apresenta uma situação cotidiana de desproteção à integridade física de sua população em relação à “violência praticada por bandidos e pela polícia” (Kowarick, 2009, p.19) – faz com que as carências sociais presentes em toda a cidade apareçam de maneira ainda mais grave em Manguinhos (os dados utilizados acima retratam bem essa realidade).

Nesse sentido, torna-se importante refletirmos sobre a necessidade os reflexos desta conjuntura para o setor da educação. O projeto político-pedagógico do PEJA-Manguinhos traz uma importante contribuição a esta reflexão, quando considera que:

Refletir atualmente sobre EJA sugere, de imediato, uma associação à ideia de educação antes negada, em que a exclusão representa a tônica de todo o

processo, bem como um entendimento de que a existência desta modalidade de ensino se deve à tentativa de reparar danos da Educação.

Ora, se a EJA, em nível de política nacional, é uma forma de “reparar danos”, em Manguinhos, esta necessidade é, em muito, aumentada, visto que, como já foi colocado anteriormente, se trata de um território marcado pelas restrições dos direitos sociais, como o é o direito à educação.

Quando analisamos as agendas governamentais no âmbito da educação, podemos concluir que não se trata de um mero acaso ou um simples "erro de percurso". Nesse sentido, tratamos não somente dos desafios e problemas encontrados dentro destes territórios, mas refletimos sobre quais são as reais prioridades de governo e, que dimensão as políticas de educação assumem nestes espaços, referimo-nos então, a constatação de uma violência seletiva, visto que os sujeitos a quem nos referimos tem suas características bem definidas.

Neste contexto e diante da necessidade de reintegrar os sujeitos outrora excluídos da escola por motivos múltiplos e já conhecidos, para que desta forma consigam concluir o ensino elementar, é incentivado, a nível de governo, a expansão da EJA. Tratando-se de uma educação que se designa a trabalhar com público de jovens e adultos, nos condiciona a refletir primeiramente sobre o tipo/perfil de alunos que serão inseridos nesse projeto, os motivos pelos quais foram levados a abandonar o ambiente escolar e, quais e quantas as razões que os fazem retornar as salas de aula. Nesse contexto, pensar a forma e os métodos utilizados para que se consiga reintegrar essa população é um dos maiores desafios, visto que se trata de sujeitos inseridos de forma ínfima no sistema capitalista vigente na cidade, além disso, é preciso ter em vista que o território de Manguinhos é composto por diferentes comunidades, que exercem variadas formas de aprendizagem, uma vez que acontecem na materialidade de seus territórios. É por consequência disto, que se dá a singularidade deste projeto.

O anexo A traz um manifesto produzido pelos alunos do PEJA-Manguinhos, cujo título é “Por uma educação cidadã e ativa em Manguinhos!”, neste documento ficam evidentes as dificuldades que os moradores de áreas favelizadas da cidade encontram para gozar de seus direitos. Há, inclusive, dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação, publicados em 2010, que comprovam, por exemplo, que o tempo de estudo dos moradores de Manguinhos é curto, quando comparado à média dos bairros vizinhos (ver Anexo A).

Somados a estes, os dados do diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbanístico (2005, p. 63), da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, apontam que

“apenas cerca da metade dos alunos matriculados no ensino médio residentes nas comunidades de Manguinhos tem entre 15 e 18 anos, faixa etária considerada adequada para esse nível de ensino”. Identifica-se, diante deste cenário, que há, em Manguinhos, uma defasagem idade-série, expressando uma demanda por ensino médio da população de jovens e adultos do território.

Embora sejam notáveis todos os aspectos negativos que se apresentam como desdobramento desta condição de subcidadania dos moradores de Manguinhos, é preciso um olhar mais atento e sensível para perceber o que essa conjuntura do território produz em seu cotidiano. Mais do que sujeitos oprimidos, este contexto contribui na construção de uma nova visão no pensar/agir educativo.

Nesse sentido, Paulo Freire teve a ousadia de acrescentar ao trabalho como princípio educativo a vivência e a reação/libertação da opressão como matriz formadora. Para o autor, os oprimidos criam e recriam suas existências nas vivências/reações à opressão, ao terem consciência da opressão e dela tentarem libertar-se: criam alternativas, fazem escolhas, exercem sua liberdade humana; formam-se nas vivências-reações à opressão.

Quem, melhor do que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais do que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? (Freire, 1987, p. 31).

Orientado por estas ideias, Freire anuncia a “Pedagogia do Oprimido”, que estimula o reconhecimento de que os homens fazem a história e são feitos por ela, sendo este um princípio educativo reafirmado pelos movimentos sociais: a consciência de que, ao fazerem outra sociedade, outro campo, outra história, fazem-se outros.

Nesse sentido, o PPP do PEJA-Manguinhos afirma que:

É a este contexto de supressão de direitos que estes estudantes estão submetidos e, portanto, torna-se necessária uma proposta educativa que se reconheça como movimento social. A área de Ciências Humanas [...] coloca-se na perspectiva de questionar, refletir e contribuir para a construção de leituras e conhecimentos que possam favorecer o enfrentamento destas realidades. Em outras palavras, esta área de conhecimento tem como objetivo contribuir para a construção de uma leitura crítica, reflexiva e criativa das relações sociais vividas por estes estudantes, de modo que seja indutora de protagonismos e reconstrução de situações de vida pessoal, social, política, econômica e cultural.

Não obstante, o mesmo documento chama a atenção para a relação entre os estudantes e a própria realidade do território, quando afirma que:

Nesse sentido, é de extrema importância compreender que, apesar de estudantes do PEJA-Manguinhos fazerem parte de um grupo social vulnerabilizado pelo sucateamento do sistema de educação pública, são estes mesmos sujeitos que serão capazes de, mais do que resistir a um cenário que

lhes seja imposto, transformar sua própria realidade e a do meio em que estejam inseridos.

A contradição entre dominação e resistências sociais e as experiências coletivas marcadas pela resistência cultural e política às violências do processo civilizatório marcam o território. Trata-se, portanto, de um processo dialético, onde a mesma realidade que vulnerabiliza também é capaz de ser indutora de um movimento de resistência e, mais do que isso, de enfrentamento desta própria realidade. Vale, ainda, ressaltar, que os dois últimos fragmentos trazem elementos chave, pois nos ajudam a evitar um grande equívoco – o sentimento de dó, de piedade daqueles que vivem na favela –, visto que reconhecem os moradores como sujeitos protagonistas de suas próprias histórias.

3.2 ANÁLISE DA PRÁXIS PEDAGÓGICA DO PEJA-MANGUINHOS

Munidos deste debate teórico, podemos prosseguir no estudo na tentativa de contribuir para o debate sobre a experiência de formação emancipatória na educação do PEJA-Manguinhos. Nesse sentido, como já foi apresentada anteriormente, a hipótese que sustenta esta investigação está pautada na ideia de que a formação do PEJA-Manguinhos pode ser concebida como um instrumento de libertação das classes subalternas, exploradas e expulsas da mínima condição de sobrevivência digna e humana, contribuindo, assim, para que estas pessoas voltem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas ao poder “ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo” (FREIRE, 1976).

Para sustentar esta hipótese, esta seção fará uma análise comparativa, na qual será feito um esforço para compreender o processo de formação do PEJA-Manguinhos à luz do conceito de educação territorializada.

Tendo como uma de suas características principais a sua política pedagógica voltada para princípios da Educação Cidadã, essa modalidade de ensino busca, a partir de suas práticas pedagógicas, a formação integral do sujeito, enquanto ator social e, para tanto, faz um esforço para não perder de vista o caráter societário da concepção de educação empregada. Seu PPP (p. 5) deixa bem claro esta associação, quando afirma que:

[para] refletir sobre qual concepção de educação pretendemos adotar, é condição sine qua non refletir, do mesmo modo, sobre qual sociedade pretendemos construir. Assim, pensar em um projeto de educação implica pensar, inevitavelmente, em um projeto de sociedade, de modo que seja um exercício constante atrelar nossa prática educativa a esta construção.

Dentro desta perspectiva, o PPP da PEJA-Manguinhos propõe uma forma de educar/educação que reconhece e respeita os saberes dos educandos, que são socialmente construídos na prática comunitária. Nesse sentido, busca compreender de que forma e em que medida o território influencia no processo educativo.

É nesse contexto que o conceito de territorialização ganha espaço na formulação de métodos para alcançar a população que ali reside, permitindo então, um olhar diferenciado sobre as questões/características do território em destaque e, igualmente compor estratégias a fim de solucionar/vencer as adversidades encontradas naquele local.

Desse modo, a concepção que se tem acerca do PEJA se relaciona em muito com o que entendemos como sendo um movimento social, pois compreende o campo da educação como um estimulador à mobilização social, esta que trás em destaque a luta das populações oprimidas pelos espaços onde possa exercer uma plena cidadania ou, em menor escala, garantir minimamente os direitos básicos de um cidadão "uma imensa humanização que nasce do corpo social e das lutas por democracia e emancipação" (ARROYO, 2004:29). Como citado em seu PPP:

Movimentos sociais são mobilizações coletivas, organizadas e contínuas, que se estruturam em torno de demandas por mudança de algum aspecto da estrutura social. São, assim, organizações que associam pessoas e entidades com interesses comuns, com o propósito de defender ou promover certos objetivos perante a sociedade. (BOMENY e MEDEIROS, 2010, p. 267)

Atentar-se para o fato de que por se tratar de uma população vulnerabilizada não constitui de forma alguma uma diminuição da capacidade de transformação exercida por esses sujeitos, ao contrário, propulsiona e abrange as possibilidades no que se refere a mudança da/na realidade em que estão inseridos. E que desta forma, toma os saberes construídos e adquiridos na ação do cotidiano de lutas algo essencial para que a almejada transformação obtenha um caráter público e igualitário.

Além deste diálogo entre pedagogia e território, a noção de educação territorializada nos remete a outra discussão:

A educação territorializada [...] deve estar inserida num escopo ideológico que aponte um horizonte de expectativas para as ações do espaço escolar para além-sala e deixe claro às pessoas que dele participam o porque de existir daquele projeto político pedagógico (SILVA, 20--, p. 7).

O autor chama a nossa atenção para a dimensão "política intencional" do termo e, nesse sentido, avançamos na ideia de que este conceito não é uma dimensão dada, isto é, num território como Manguinhos, consolidar um projeto de educação que busque construir uma cultura de participação social e política tanto para sobrepujar o capitalismo quanto para estabelecer a capacidade de auto determinação popular nos caminhos de

interesse coletivo é caminhar no sentido oposto da cultura política a nível local – ou seja, do território – e a nível de política educacional.

É nesse contexto de lutas, contradições, acirramentos e dentro deste território de características ímpares, onde a dominação-coerção são atributos quase que intrínsecos a este espaço, que a formação humana a partir da educação, torna-se uma marca para que se possa vislumbrar um outro horizonte. Horizonte esse que se aproxima cada vez mais da emancipação ao passo que se distancia das resistências que sobrepujaram historicamente seus/sua territórios/população. A importância de se pensar a educação como um processo de humanização do ser consiste, conseqüentemente, na configuração de uma mudança na forma de inserção do sujeito na sociedade. Sendo assim, damos a educação o lugar de primasia, ainda mais quando se refere aos territórios de exceção, pois compreendemos que ao se capacitar dos saberes básicos (educação básica) os sujeitos coletivos rompem com a barreira da negação aos direitos fundamentais e, tomam posse de maneira mais contundente dos seus direitos para que desta forma ultrapassem o limiar do determinismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi estudado podemos nos aprofundar no estudo acerca da educação territorializada e declararmos um avanço no que diz respeito a esse conceito. Isso se deve ao fato de que além da educação territorializada trazer uma proposta de apropriação do território e de disputa das territorialidades, esse termo também nos faz pensar na necessidade de definição de linhas políticas. Ora, se na dimensão de território está intrínseco as relações e disputa de poder, não é difícil imaginarmos que uma das condições para disputar essas territorialidades é ter a devida clareza das suas intenções políticas. Quero dizer com isso, que mais do que dialogar com as necessidades do território, a educação territorializada cria uma interface política para dialogar com estas necessidades.

Além disso, esta pesquisa também permitiu através do resgate da historia recente do PEJA-Manguinhos identificarmos o componente elementar na constituição de um movimento social: o protagonismo social e comunitário que se configurou ao longo deste processo de educação. Faz-nos pensar por exemplo que esse protagonismo é o que imprime no PEJA-Manguinhos marcas de projeto de educação popular.

De semelhante modo, também merece um especial destaque a forma com que se relacionam os conceitos e as praticas pedagógicas no PEJA-Manguinhos. Essa relação dialética entre o pensar e o agir produz uma práxis pedagógica e contra- hegemônica e responsável pela formação emancipatória de sujeitos críticos. No entanto, embora o PEJA-Manguinhos seja uma experiência bastante exitosa naquilo que se propõe, é preciso nos afastarmos de uma leitura romantizada da realidade. Em outras palavras, a realidade na qual o PEJA-Manguinhos esta inserido envolve disputas de poder e contradições; esses fatores produzem uma realidade dinâmica e que é produzida socio-historicamente então, o PEJA-Manguinhos é um projeto em construção e, por tanto, inacabado que tem pela frente inúmeros desafios e obstáculos que precisam ser superados ao longo da história de forma dialética e democrática.

Cabe aqui resaltar, que num contexto político onde são anunciadas propostas pra expansão da educação de jovens e adultos é esquecido o debate relacionado a autonomia desses PEJAS. Afirimo isso, frente a um cenário político que reforça uma concepção de educação que não tem em vista nenhum questionamento mais proposital em relação a realidade, antes, porem, está interessado em manter um status quo da sociedade. Então, a experiência do PEJA-Manguinhos poderia fomentar a construção de políticas publicas neste setor, sendo responsável por estimular a construção compartilhada dos Projetos

Políticos Pedagógicos de cada um dos PEJAS de acordo com suas demandas e especificidades.

Embora essa pesquisa tenha sido bastante enriquecedora, ela não dá conta, nem tão pouco tem a pretensão, de esgotar a realidade acerca da educação de jovens e adultos desenvolvida em Manguinhos. Antes, pretendo com este estudo estimular um debate ainda incipiente sobre o PEJA-Manguinhos, com vistas a divulgar esta experiência e contribuir para avaliação da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A. J. P. & SOUZA, N. A. *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BRASIL, LDB. Lei 9.394/96 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de Dez de 2012.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

BUENO, L. B. *Forma e sentido da resistência na cidade do Rio de Janeiro: a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos (PEJA-Manguinhos). *Plano de Curso* – Rio de Janeiro, 201-b.

_____. *Projeto político pedagógico* – Rio de Janeiro, 201-a.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação e mudança*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIL, I. C. *Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo*. Revista Nera. Ano 7, n. 4, jan./jul. 2004.

GLOBO. *PIB do Brasil ultrapassa o do Reino Unido e país se torna 6ª economia do mundo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784>>. Acesso em: jan/2013

INDEX MUNDI. *Produto Interno Bruto per capita*. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?l=pt&v=67>>. Acesso em: jan/2013.

KOWARICK, L. *Viver em Risco: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Ed. 34, 2009.

LIMA, C. M.; BUENO, L. B. (org.). *Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010. 104 p.

MONKEN, M, et al. *O Território na Saúde: construindo referências para análise em saúde e ambiente*. In: MIRANDA, A. C. et al. *Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

NUNES, P. H. F. *A Influência dos recursos naturais na transformação do conceito de território*. Questiones Constitucionales, num 15, Julio-Diciembre, 2006. *apud*. PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é o IDH*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: jan/2013

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Brasil, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. B. (org.) et al. *Educação básica para trabalhadores da fiocruz: uma articulação entre trabalho, ensino e cidadania*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1985.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. E. S. *Ecomuseu de Manguinhos: a memória dos gestos no desenvolvimento local*. In: LIMA, C. M.; BUENO, L. B. (org.). *Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

SILVA, F. E. S. *Educação COM Jovens e Adultos: um ensaio sobre os sujeitos da EJA em tempos de indecisão*. 20--. 41 p.

SILVA, F. E. S. *Educação de Jovens e Adultos: o desafio de reintegrar populações excluídas da escola*. In: CARVALHO, M. A. P.; PIVETTA, F. (org.). *O território integrado de atenção à saúde em Manguinhos: todos somos aprendizes!* Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2012.

TERRAMATA. *Termo de referência: Coordenação dos pólos de educação profissional em saúde nos territórios de Manguinhos e Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, 201-.

ZAMPAULO, Jamil Rodrigues. *Considerações introdutórias sobre o conceito de metodologia em seu significado acadêmico*. s. n. t. 7p.

MANIFESTO

Por uma educação cidadã e ativa em Manguinhos!

Em Manguinhos vivem hoje aproximadamente 50 mil pessoas. Registrando, atualmente, o sétimo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro, Manguinhos reflete a violenta desigualdade brasileira. A violência marca diretamente as suas comunidades (favelas) que convivem com desrespeito diário aos seus direitos humanos.

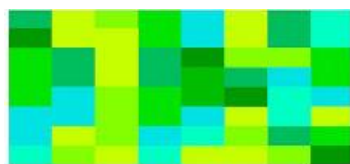
Dentre as diferentes necessidades de serviços públicos em Manguinhos, identificamos a carência de uma educação pública qualificada e com participação ativa dos moradores. O tempo de estudo dos moradores de Manguinhos e de outras favelas da cidade é curto, se comparado com outros bairros da cidade. A média de anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílios permanentes em favelas em Manguinhos é de 5,14 anos, enquanto nos bairros do entorno, por exemplo: Higienópolis, 9,10, Maria da Graça, 9,31 e Bonsucesso, 8,18 (SME, 2010). Por que isso acontece?

Acreditamos que acontece porque as dificuldades nas condições de vida (habitação, saneamento, educação) e de trabalho (desemprego, salários ruins, condições precárias de trabalho) em Manguinhos, Mandelas e Amorim não deixam os moradores e sua famílias estudarem. Existe muita vontade de estudar e capacidade de melhorar a vida em Manguinhos, mas essas dificuldades são barreiras reais para os moradores. Para melhorar a educação, precisamos transformar as condições de vida para os moradores estudarem. Para melhorar as condições de vida, precisamos transformar a educação dos moradores.

Apenas cerca da metade dos alunos matriculados no ensino médio residentes nas comunidades de Manguinhos tem entre 15 e 18 anos, faixa etária considerada adequada para esse nível de ensino. Além disso, 50% dos seus moradores não possuem o ensino fundamental completo e 65% não possuem o ensino médio completo. Existe uma defasagem idade-série e uma necessidade ainda grande por oferta qualificada de ensino médio e fundamental para jovens e adultos das comunidades.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos (PEJA Manguinhos) existe há 8 anos e vem sendo parte de um movimento importante para ampliar uma educação cidadã e crítica para os moradores de Manguinhos. Acreditamos que apenas a organização dos moradores e suas propostas podem mudar a favela e exigir do poder público mais investimento e apoio. Para isso, precisamos de mais diálogo entre as organizações populares das favelas, escolas e poder público.

Juntos, podemos melhorar as condições de vida e a educação em Manguinhos!



PEJA
manguinhos



REDE CCAP

Endereço: Rede CCAP, rua Dr. Luiz Gregório de Sá, Vila Turismo, Manguinhos - Tel. 2281-6430.